

NIETZSCHE E UMA BIOPOLÍTICA DA VIDA SEGUNDO ROBERTO ESPOSITO

NIETZSCHE AND A BIOPOLITICS OF LIFE ACCORDING TO ROBERTO ESPOSITO

Ernani Chaves¹

Vou fazer algumas observações nesta fala a respeito da interpretação que Roberto Esposito, filósofo italiano, faz das relações entre Nietzsche e a biopolítica. Então eu passo imediatamente ao meu texto. Eu tenho um texto, mas eu vou também interagir com meu próprio texto, digamos assim, de tal modo que não fique uma leitura muito provavelmente entediante e cansativa. Então eu vou começar.

A publicação em 1995, de *O poder soberano e a vida nua* o primeiro volume da série *O homo sacer* de Giorgio Agamben, colocou no primeiro plano dos debates no campo da filosofia política o conceito de biopolítica, retomando assim, as hoje célebres passagens a esse respeito no último capítulo do volume 1 da *História da sexualidade* de Michel Foucault. Foram precisos quase vinte anos para que essas páginas decisivas do livro de Foucault ganhassem a atenção que mereciam, e isso devemos a Agamben.

Não vou retomar aqui todos os passos da argumentação de Agamben, da sua proximidade e principalmente da sua distância em relação a Foucault. Entretanto, o pensamento de Agamben, já bastante conhecido e difundido no Brasil, acabou deixando em segundo plano um outro intérprete italiano que é justamente aquele que me interessa discutir aqui. Trata-se de Roberto Esposito, cuja recepção brasileira ainda é bem menor do que aquela que conhece Agamben.

Para se ter uma ideia da diferença na recepção entre eles, basta comparar o número de livros de Agamben publicados no Brasil com os de Esposito. O livro mais importante de Esposito para esse debate, por exemplo, o *Bios: Filosofia e Biopolítica* publicado na Itália em 2004, só foi publicado no Brasil em 2018, oito anos depois da edição portuguesa que é de 2010 e sete anos depois da espanhola que é de 2011. Essa diferença entre a publicação desses dois autores no Brasil se reflete em igual medida na recepção deles.

¹ Professor titular na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPA e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe.

É bem verdade que nos últimos anos nós já temos um conjunto significativo de textos de Roberto Esposito. Entretanto, a recepção do pensamento de Esposito ainda está, digamos assim, no seu começo. De todos os trabalhos publicados no Brasil sobre o Esposito, até o momento, até onde eu conheça, nenhum deles tocou mais profundamente na questão que diz respeito ao lugar de Nietzsche assinalado por ele no interior da discussão sobre a biopolítica.

É claro que muitos artigos se referem a presença de Nietzsche, eu estou dizendo que uma discussão mais aprofundada a respeito do lugar de Nietzsche no debate sobre a biopolítica ainda não foi feita ente nós. Dando um salto aqui na minha exposição, se por um lado podemos dizer que a importância concedida por Esposito a Nietzsche o separa de Agamben, por outro lado Esposito concorda com Agamben em pelo menos um ponto da crítica que este dirigiu a Foucault.

Essa discordância e essa concordância entre eles, são muito importantes para o meu argumento. Partamos da concordância entre Esposito e Agamben. Ao contrário de Foucault, que pelo menos em alguns momentos, considera o advento da biopolítica uma espécie de ruptura em relação ao poder concebido como soberania, tanto Agamben quanto Esposito procuram mostrar que os fenômenos biopolíticos não se originam na passagem do século XVIII para o século XIX, como pressupunha em alguns momentos Foucault, para quem tais fenômenos representariam uma espécie de marca distintiva da nossa modernidade. Como bem destaca Roberto Esposito, entre biopolítica e poder soberano existe menos uma oscilação pendular e muito mais uma indissociável relação, que acompanha nossa cultura ocidental desde, pelo menos, as práticas eugênicas recomendadas e praticadas em Esparta, por exemplo. Para além dessa discordância, que toma como justificativa em especial, insistimos, apenas o último capítulo do primeiro volume da *História da sexualidade*, como se nele Foucault tivesse dito tudo sobre o assunto, a concordância de ambos, Esposito e Agamben, com Foucault, por sua vez, não é menos importante. Deixemos de lado Agamben, a partir desse momento, para nos restringirmos apenas a Esposito.

Segundo Esposito, Foucault revelou

o trágico paradoxo no qual nos encontramos ainda hoje e que a seguinte questão pode resumir: Por que é que pelo menos até hoje uma política da vida ameaça sempre transformar-se em uma obra de morte? (ESPOSITO, 2010, p. 22-23).

O grande problema para Esposito consiste no fato de que ele julga a resposta que Foucault deu a essa questão que ele mesmo formulou, uma resposta que nunca foi exaustiva, teria sido sempre uma resposta hesitante, uma vez que Foucault nunca se decidiu entre as duas opções hermenêuticas que ele próprio suscitara. Ou seja, entre uma interpretação radicalmente negativa da biopolítica e uma outra absolutamente eufórica. Isso se deve em grande parte ao fato de que Foucault nunca fez uma

espécie de arqueologia da concepção de biopolítica, de tal modo que ora ele apresenta uma solução continuista entre soberania e biopolítica, ora se inclina mais para marcar limiares diferenciadores. Essa oscilação comprometeria em última instância a ideia muito clara em Foucault, de que a biopolítica caracteriza a nossa modernidade.

Esposito entende ter solucionado melhor a questão que Foucault deixou. Questão que envolve as relações entre política e vida, esta considerada como bios. Esposito também entende que ele deu uma resposta mais interessante que a de Agamben. Para dar continuidade ao seu argumento e para melhor justificá-lo, em *Bios: biopolítica e filosofia* Esposito retoma um pressuposto que já expusera em livros anteriores, ou seja, o paradigma da imunização, como chave interpretativa da própria biopolítica. Em outras palavras, segundo ele, é na dinâmica imunitária que encontramos a gênese especificamente moderna da biopolítica, o que a distingue das outras formas de biopolítica, que acompanharam nossa cultura desde os gregos restaurando, dessa forma, o elo que julgava ausente na argumentação de Foucault.

Nesta perspectiva, se cada época da história possui um modo de entender ou de praticar a biopolítica, resta saber o que caracteriza a biopolítica em nossa época.

Essa dinâmica pressupõe “a proteção negativa da vida, ou seja, é na nossa modernidade que a autopreservação individual se torna o pressuposto de todas as outras categorias políticas, da soberania à liberdade” (ESPOSITO, 2010, p. 24). Mas, foi apenas na viragem totalitária dos anos trinta do século passado, especialmente na sua versão nazista, que se instalou o modo extremo, absoluto, pelo qual a vida se tornou imediatamente traduzível em política. Ou que a política tenha assumido uma caracterização intrinsecamente biológica.

Nesse caso, pelo menos, Esposito segue Agamben e ambos se alimentam da referência foucaultiana ao papel do nazismo no estabelecimento das marcas diferenciadoras da biopolítica na nossa época. Para Esposito, e não apenas para ele é claro, o regime nazista levou a biologização da política a um ponto nunca antes alcançado, pois tratou o povo alemão como um corpo orgânico necessitando de uma cura radical, que consistia na amputação violenta da parte espiritualmente já considerada morta. Entretanto, o nazismo assinala algo mais para ele, ao se constituir em um ponto de passagem entre dois modos de se exercer a biopolítica.

O primeiro modo é negativo, trata-se simplesmente do “deixar morrer”, característica do poder soberano, já dizia Foucault. O segundo, entretanto, é afirmativo, palavra que neste contexto não tem evidentemente nenhuma conotação moral, uma vez que essa segunda perspectiva da biopolítica se funda em uma dialética tanatopolítica, segundo a qual o potenciamento da vida implica

necessariamente em uma efetivação cada vez mais estendida da morte. Nas palavras de Foucault: “deixar morrer para fazer viver”.

É justamente nesse ponto da argumentação de Esposito que vamos encontrar Nietzsche, pois para ele a obra de Nietzsche se encontra na passagem do primeiro modo, dessa primeira imunização, para o segundo modo, para essa outra forma de imunização, que anuncia uma “biopolítica afirmativa”. Segundo Esposito, se há um capítulo inteiro dedicado a Nietzsche no seu livro, isso se deve a um duplo motivo que não diz respeito apenas, diz ele, à intrínseca relevância biopolítica da obra de Nietzsche, mas também ao fato de que essa obra constitui

um extraordinário sismógrafo do esgotamento das categorias políticas modernas no seu papel de mediação ordenativa entre poder e vida. A vontade de poder, considerada como o impulso vital fundamental, implicaria afirmar, ao mesmo tempo, que a vida tem uma dimensão constitutivamente política e que a política não teria outra finalidade a não ser a manutenção e a expansão da vida (ESPOSITO, 2010, p. 25).

Em que consiste exatamente esse lugar estratégico que Nietzsche tem para Esposito? Passo a seguir, a fazer uma breve enumeração dos elementos que Esposito mobiliza para o seu argumento. Em primeiro lugar, diz ele, com Nietzsche o léxico imunitário ganha sua plena maturação, uma vez que as metáforas médicas são abundantes na obra de Nietzsche para caracterizar a nossa modernidade, atravessada pelo permanente risco da doença, da neurose, do esgotamento, da decadência e, portanto, empenhada na tarefa da “cura” ou ainda da “salvação”, cuja figura extrema e exemplar é a do sacerdote ascético, tal como é caracterizado, por exemplo, na *Genealogia da moral*². Mas, ao mesmo tempo, Nietzsche teria sido o primeiro a pôr em evidência o poder negativo da imunização revelando seus contornos niilistas, de tal modo que essa deriva niilista o impele em uma direção auto dissolvente (ESPOSITO, 2010, p. 117). O segundo ponto: “são vários os motivos pelos quais esses elementos do pensamento de Nietzsche nunca foram levados em consideração”, diz Esposito, “ou pelo menos nunca foram levados em muita consideração. Por que não?” (ESPOSITO, 2010, p. 118). Esposito destaca entre esses motivos, o caráter enigmático (a expressão é dele) da escrita nietzschiana, as armadilhas que Nietzsche pelo seu estilo oferece frequentemente ao leitor.

Um dos resultados dessa armadilha, já se revelava no tocante à questão da política desde as portas da Segunda Guerra Mundial. De um lado a afirmação de Karl Löwith em um artigo de 1939, *O niilismo europeu*, segundo o qual a perspectiva política não se situa à margem da filosofia de Nietzsche, mas no seu centro. De outro lado, a posição de George Bataille, dois anos antes, em 1937, no artigo *Nietzsche e os fascistas*, no célebre número da Revista *Acéphale* destinado a defender Nietzsche da apropriação fascista. Para Bataille, diz Esposito, “o próprio movimento do pensamento

² Ver em especial, as seções 15, 16 e 17 da 3ª Dissertação da *Genealogia da moral* (1987).

de Nietzsche explica uma desfeita dos diversos fundamentos possíveis da política atual”. De um lado, o de Löwith, um Nietzsche hiper político, um Nietzsche para quem a política ocupava o centro do seu pensamento e que, no extremo, acabou para abrir a porta para a apropriação nazista. De outro lado, o de Bataille, um Nietzsche impolítico, acusado injustamente de ser o “filósofo do fascismo” (ESPOSITO, 2010, p. 118). Sem necessariamente partirmos de uma tomada de posição em relação a esta querela, o que Esposito recomenda é que devolvamos ao cerne da filosofia de Nietzsche a sua filosofia política, a qual não é, evidentemente, enunciada nos moldes tradicionais. Libertos dos preconceitos que interditaram tomar a visada política de Nietzsche como fundamental, poderíamos então reconhecer seu lugar fundamental nas discussões sobre a biopolítica. Em terceiro lugar, “devemos às análises de Foucault”, diz Esposito, “em especial ao famoso Nietzsche, a genealogia e a história a abertura de novas perspectivas de especial importância, a relevância da crítica de Nietzsche à concepção metafísica de origem”, a qual se estenderia

a todas as categorias jurídico-políticas modernas, em especial as categorias da igualdade e da liberdade. Mas sobretudo, a todo dispositivo que constitui ao mesmo tempo o seu fundo analítico e o seu quadro normativo. Em especial as teorias do contrato por meio das quais sabemos, em diferentes versões, o pensamento político moderno procurou compreender o surgimento, a constituição e a ação do Estado. É sobre as ruínas desse fundo que o pensamento político moderno construiu que Nietzsche pode erigir aquilo que constituía para ele a verdadeira mediação entre os indivíduos e o estado, qual seja o bios, a vida (ESPOSITO, 2010, p. 119-120; FOUCAULT, 1979, p. 15-37).

Nessa perspectiva, se é possível dizer, como o faz o próprio Nietzsche em um fragmento póstumo de 1885-1887, que a vida representa a única representação possível do ser³; essa relevância ontológica da vida vai ser interpretada por Nietzsche, segundo Esposito, numa chave política e não, como o dirá Heidegger, como uma espécie de confirmação da presença de uma metafísica em Nietzsche, uma vez que essa “relevância ontológica da vida” é atravessada por uma historicidade e, portanto, nunca referida a uma “origem” (Ursprung) transcendente e a-histórica. Isso quer dizer, em última instância, abandonar os pressupostos do pensamento político moderno, inclusive a própria concepção de política que nele surge, ou seja, a política como uma mediação neutralizante de caráter imunitário. Esse é o sentido para Esposito de todas as teorias do contrato de Hobbes a Rousseau. Elas atuam então, diz ele, “como uma mediação neutralizante de caráter imunitário”, para defender o Estado (ESPOSITO, 2010, p. 121). Então, de algum modo, é preciso reconhecer – e o próprio Nietzsche não deixa de fazê-lo - que a política possui esse caráter imunitário, ela tem esse caráter de defesa, como uma vacina. Mas por outro lado, esse caráter imunitário está fundamentado em uma mediação neutralizante, ou seja, na ideia de contrato como uma neutralização dos conflitos. Com isso,

³ Todas as citações dos póstumos de Nietzsche são feitas a partir da edição alemã, organizada por Colli e Montinari, indicada nas referências.

a análise de Esposito lança uma luz inesperada na figura do sacerdote ascético, sinalizando para sua importância política na nossa modernidade. Acoplado à figura do médico como “salvador”, o sacerdote ascético é propriamente um “médico da alma”, cuja função é eliminar o sofrimento, depois que o sofredor identifica nele mesmo a causa do seu sofrimento, evitando a explosão dos afetos próprios ao ressentimento – inveja, vingança e ódio, por exemplo -, o que poria em perigo a própria existência da comunidade. Iríamos muito longe, uma vez que esse assunto não é o objetivo dessa fala, mas gostaria apenas de registrar que é justamente o modo de condução do rebanho por parte do sacerdote ascético, no sentido de neutralizar o sofrimento a partir de cuidados especiais com cada ovelha, que constitui segundo Foucault o “poder pastoral”, cujas estratégias serão como que laicizadas pelo Estado moderno.

Ao contrário, no sentido de Nietzsche, diz Esposito que “a política seria a modalidade originária em que o vivente é ou na qual o ser vive”. Essa dimensão política do bios afastaria Nietzsche de todas as Filosofias da vida e de todo vitalismo na sua versão contemporânea, com a qual se pretendeu identificá-lo. A dimensão política do bios se afastaria, em Nietzsche, de qualquer ideia de lei, de caráter, de destino, ou de qualquer coisa que previamente vive. Não há nada antes da vida.

Se a própria vida é vontade de poder, tal como Nietzsche afirma em uma passagem de *Além do bem e do mal*⁴, isso não significa, insistimos mais uma vez, a dimensão metafísica da vontade de poder tal como Heidegger a interpretou. Muito menos que a vida queira o poder como nas interpretações nazistas, ou que o poder capte, oriente, desenvolva uma vida puramente biológica. Para Esposito, isso quer dizer que a vida não conhece outros modos de ser que não seja a sua contínua potenciação. Nesse aspecto, essa é a minha interpretação, a leitura de Esposito é tributária daquela que Deleuze fez de Nietzsche, mediada por Espinosa, distinguindo entre “poder” (aplicável à dimensão negativa da biopolítica) e “potência” (aplicável a dimensão afirmativa da biopolítica). Esse é, portanto, o argumento fundamental de Esposito: entender que o conceito de vida em Nietzsche, definido por sua ilimitada potenciação, o que inclui o risco, o perigo, o conflito permanentes, que se opõe a toda ideia da política como uma mediação neutralizante.

Em quarto lugar, para se compreender o traço característico do que Nietzsche chamou de “grande política” é necessário compreender esse entrelaçamento indissolúvel entre vida, poder e potência. Entrelaçamento que é uma via de mão dupla, pois o vivente só é se potenciado internamente, uma vez que a potência não é inimaginável a não ser em termos de um organismo vivo. Aqui precisamente, estamos diante daquilo que Esposito chama de aspecto negativo da imunização, fonte

⁴ Na seção 13, do capítulo 1 (NIETZSCHE, 2017).

da polêmica de Nietzsche contra a modernidade. Esta seria portanto a negação formal, a forma negativa do próprio conteúdo vital. A modernidade atenta contra a vida. A modernidade desqualifica a vida. As instituições modernas desqualificam esse caráter potenciador da vida, as instituições modernas são entendidas aqui sempre como as instituições políticas, em especial aquelas que são consolidadas pelo liberalismo.

Nesse sentido, o que unifica a crítica de Nietzsche às categorias lógicas, estéticas e políticas, que constituem a nossa modernidade, é justamente a antinomia constitucional, constitutiva do querer assumir, conservar, desenvolver de imediato aquilo que Nietzsche chama de vida, através de uma série de mediações destinadas objetivamente a contradizê-la, porque justamente se é obrigado a negar o seu caráter de objetividade. Traduzindo essa passagem de Esposito, não apenas esta ou aquela instituição, mas as instituições no seu todo uma vez que separadas do poder da vida, da qual têm a incubência de proteger e salvaguardar, se tornam tendencialmente destruidoras da vida.

Então esse é, digamos assim, o paradoxo do paradigma imunitário que é denunciado por Nietzsche: instituições que são construídas e constituídas para proteger e defender a vida, mas que na sua ação, na sua prática, no seu processo, se revertem no seu contrário. Em vez de proteger, defender e potencializar a vida, elas aniquilam, desqualificam a própria vida, a qual deveriam defender. Incapazes de proteger e salvaguardar a vida, as instituições políticas modernas seja os partidos, o parlamento, o Estado, acabam assumindo uma posição política que exclui a biopolítica, ou seja, que provoca uma cisão entre o bios e a política. Ao despojar a política do seu bios, as mais elevadas instituições modernas acabam por despojar a vida do elemento político que lhes é inerente, ou ainda, da potência que a constitui. Nessa perspectiva, a crítica contundente de Nietzsche ao pensamento político moderno que revela o paradoxo do paradigma imunitário, faz com que Esposito considere Nietzsche como desempenhando um papel absolutamente fundamental na discussão que nós fazemos hoje sobre a biopolítica.

Para finalizar, vou citar então um aforismo da *Gaia Ciência*, no qual Nietzsche se opõe a Spinoza. Esse aforismo mostra bem o que Esposito quer dizer. Diz Nietzsche:

querer conservar-se a si próprio é a expressão de um estado extremamente penoso, de uma limitação do verdadeiro e basilar instinto da vida que tende a uma expansão do poder e muitas vezes se põe mesmo em questão e sacrifica neste seu querer a autoconservação. O fortalecimento de todo organismo vital, portanto, significa ultrapassar, transgredir, vencer limites e obstáculos, atravessar fronteiras. Assim nenhum freio inibitório, nenhuma imunização parece mais ser possível, pois a vida não evolui a partir de uma carência inicial, mas sim de um excesso.

Essa é uma ideia que Nietzsche tira do biólogo Wilhelm Roux, autor de um livro – *A luta das partes no organismo* - de 1881 e que Nietzsche lera com paixão. Não por acaso, Esposito se refere

explicitamente nesse passo de sua argumentação, ao artigo de Wolfgang Müller-Lauter acerca da leitura nietzschiana desse livro. Juntando a leitura de Muller-Lauter com suas próprias preocupações, Esposito destaca que se por um lado a vida domina e incorpora, por outro ela precisa desfazer-se continuamente de tudo. Ela precisa virar-se para fora de si, ela precisa dilapidar o excesso que produz e até mesmo, no limite, a si mesma. A imunização nessa perspectiva só pode ter um caminho, que é o da sua recondução à sua matriz biológica originária e, ao mesmo tempo, o reconhecer de sua capacidade de reconstruir criticamente sua potência.

Isso separa Nietzsche de todos os seus antecessores. Por isso, sua crítica devastadora das concepções de verdade, assim como das categorias lógicas da identidade, da causalidade, da não contradição, compreendidas agora como estruturas biológicas necessárias para facilitar a conservação. Esse mesmo raciocínio se estende às instituições jurídicas e políticas consideradas como grandes invólucros imunitários destinados a proteger a espécie humana do explosivo potencial implícito no seu instinto de afirmação incondicionada.

O caráter salvador da imunização, tão característico da Filosofia política da modernidade, conhece agora com Nietzsche a sua maior contestação, pois o preço a pagar pela imunização é muito alto, qual seja, o da inibição total e absoluta do novo e do criativo das experiências comunitárias. Entretanto, a crítica de Nietzsche, diz Esposito, tem uma outra perspectiva que não é apenas a perspectiva de fazer a crítica da máquina hiper imunitária construída pelo pensamento moderno. Ora, Nietzsche vai então propor que ao invés de pensarmos apenas em bloquear e conter as forças da degeneração da vida, provocada pelas instituições políticas modernas, é necessário também enfatizar a necessidade da mobilização e do desencadeamento das energias. E nesse ponto, seguindo a interpretação de Deleuze, especialmente em Nietzsche e a filosofia, Esposito afirmará que a negatividade se transforma em afirmação. Dessa maneira, afirmação não quer dizer que haja uma imunização positiva como queria, por exemplo, Hobbes, ou ainda o resultado da negação da negação, no sentido hegeliano. A afirmação é, para Esposito, a libertação das forças positivas produzidas pela auto supressão da própria negação. Ou seja, para Nietzsche é necessário transformar essa perspectiva de degeneração da vida numa perspectiva de afirmação da vida.

E isso vai conduzir à grande consequência que Esposito tirou dessa leitura que ele faz de Nietzsche e do fato de tê-lo colocado no centro da discussão da biopolítica. Essa incomum conclusão de Esposito é de que em Nietzsche não encontramos apenas um diagnóstico de que a biopolítica é uma política contra a vida, nem de apenas fazer a crítica do paradoxo imunitário, mas é também a de abrir as perspectivas de uma biopolítica da vida. Não mais ou apenas uma biopolítica sobre a vida, mas uma biopolítica da vida. Para alcançar seus objetivos, Esposito não ignora, de modo algum, as

implicações eugenistas e mesmo tanatológicas, que podemos depreender do pensamento de Nietzsche, de sua retórica insisiva contra os fracos e os degenerados em nome, por exemplo, de uma “sã aristocracia” e mesmo do seu racismo (ESPOSITO, 2010, p. 143.144). Mas, por outro lado, Esposito considera que há em Nietzsche uma outra via, uma outra perspectiva, que vai numa direção contrária. A diferença entre elas estaria no modo pelo qual Nietzsche compreende a decadência biológica, seja em termos de degeneração ou de niilismo passivo. Para ele, Nietzsche também vai se autocriticar, na medida em que a própria máquina “hiper imunitária”, que ele mesmo construiu contra os resultados debilitantes da imunização moderna, começa a ser igual e severamente criticada e desconstruída. Em vez de apenas bloquear e conter as forças da degeneração, Nietzsche vai enfatizar a necessidade da mobilização e do desencandeamento das energias vitais.

Nessa perspectiva, a “afirmação” é aqui a “libertação das forças positivas produzidas pela autosupressão da própria negação. Quando a rejeição imunitária – aquilo que Nietzsche chama ‘reação’ – se faz tão intensa que ataca os próprios anticorpos que a suscitaram, a ruptura da velha forma torna-se inevitável” (ESPOSITO, 2010, p. 148). Para isso, entretanto, é necessário enfrentar os desafios que o léxico nietzschiano nos coloca, para que possamos ser capazes de perceber que é justamente em função da relação entre processos degenerativos e o surgimento do novo, entre degeneração e inovação, que se encontra o caminho de uma biopolítica da vida. Para legitimar sua posição, Esposito recorre a um aforismo do Primeiro Livro de *Humano, demasiado humano*: “Justamente nesse ponto ferido e tornado débil é, por assim dizer, inoculada alguma coisa de novo para a comunidade: a sua força deve ser no entanto suficientemente grande, no fim das contas, para acolher no seu sangue e assimilar o que é novo. As naturezas degenerativas são de máxima importância, onde quer que deva acontecer um progresso”.

Desse modo, como vemos, a crítica de Nietzsche ao paradigma imunitário não significa que ele se afastou inteiramente deste, porque isso, de todo modo, nunca é possível, uma vez que a constituição da comunidade humana exige sempre e paralelamente, a constituição de mecanismos de proteção e defesa. O que Nietzsche faz, daí o seu significado fundamental, é não apenas criticar a imunização que chegou até nós, uma vez que ela fracassou no seu intuito de proteção, mas também e principalmente, aos olhos de Esposito, mostrar que se a degeneração é um processo que deve ser reconhecido como efetivamente existente, se faz necessário, a partir dessa mesma degeneração, subverter a direção da decadência e por meio da criação do novo, afirmar incondicionalmente a potência da vida, mesmo que o sofrimento, a dor e a morte continuem inevitáveis.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*. O poder soberano e a vida nua 1. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

ESPOSITO, Roberto. *Bios*. Biopolítica e Filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1976, vol. 1.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

NIETZSCHE, Friedrich. *Kristische Studienausgabe*. Berlin/München/New York: Walter de Gruyter, 1982.

_____. *Genealogia da moral*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Além de bem e mal*. São Paulo: Companhia do Bolso, 2017.

_____. *Humano, demasiado humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, vol. 1.